
***Planejar - Associação
Brasileira de
Planejamento Financeiro***
*Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos Administradores e Diretores
Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro ("Planejar"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Planejar e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Planejar é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Planejar continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Planejar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Planejar e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Planejar e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Planejar. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Planejar a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Planejar - Associação Brasileira de
Planejamento Financeiro

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Balço patrimonial
em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa	2023	2022		Nota Explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa equivalente de caixa	4	22.266.649	15.981.955	Fornecedores	10	270.866	195.270
Títulos e Valores Mobiliários	5	11.284.751	10.220.974	Obrigações trabalhistas	11	67.108	49.364
Contas a receber	6	1.975.743	1.452.465	Obrigações tributárias	12	20.953	21.137
Adiantamentos	7	33.969	43.170	Outras contas a pagar	10	770.224	701.769
Impostos a recuperar	19	18.471	7.043	Adiantamento de clientes	13	474.356	557.932
Despesas antecipadas		2.986	2.979			1.603.507	1.525.471
		35.582.570	27.708.587				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais	19	5.792.576	4.743.953	Provisão para riscos fiscais	19	5.716.779	4.827.448
Garantias e Cauções	8	74.198	21.812			5.716.779	4.827.448
Imobilizado líquido	9	162.372	21.783				
Intangível líquido	9	1.053.715	1.063.061				
		7.082.861	5.850.609	Patrimônio líquido			
				Patrimônio Social	14	27.206.276	20.972.762
				Superávit do exercício		8.138.870	6.233.514
						35.345.146	27.206.276
Total do ativo		42.665.431	33.559.196	Total do passivo e do patrimônio líquido		42.665.431	33.559.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
(=) Receita operacional líquida	15	<u>19.061.906</u>	<u>17.111.181</u>
(-) Custo dos serviços prestados		(1.732.298)	(1.877.540)
(=) Superávit bruto		<u>17.329.608</u>	<u>15.233.641</u>
(+/-) Despesas / receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(12.545.548)	(11.404.376)
Outras receitas operacionais	20	<u>1.188</u>	<u>4.055</u>
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>4.785.248</u>	<u>3.833.321</u>
Receita financeira	17	4.179.202	3.155.758
Despesa financeira	17	<u>(825.580)</u>	<u>(755.565)</u>
(=) Superávit operacional antes do imposto de renda e contribuição social		<u>8.138.870</u>	<u>6.233.514</u>
(=) Superávit do exercício		<u>8.138.870</u>	<u>6.233.514</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit do exercício	8.138.870	6.233.514
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Superávit abrangente	<u>8.138.870</u>	<u>6.233.514</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	14.628.620	6.344.142	20.972.762
Transferência para o patrimônio social	6.344.142	(6.344.142)	-
Superávit do exercício	-	6.233.514	6.233.514
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	20.972.762	6.233.514	27.206.276
Transferência para o patrimônio social	6.233.514	(6.233.514)	-
Superávit do exercício	-	8.138.870	8.138.870
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	27.206.276	8.138.870	35.345.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em reais)

	Nota Explicativa	2023	2022
Superávit do exercício		8.138.870	6.233.514
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	9	991.316	1.140.782
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	(43.079)	49.512
Provisão para riscos fiscais	16	(286.738)	(885.972)
		8.800.368	6.537.835
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Aumento / Diminuição no Contas a Receber		(480.199)	760.725
Aumento / Diminuição nos adiantamentos		9.201	258.002
Aumento / Diminuição nos Impostos a Recuperar		(11.428)	(3.792)
Aumento / Diminuição nas despesas antecipadas		(7)	(94)
Aumento / Diminuição nos depósitos judiciais e cauções		(1.101.009)	(1.372.355)
Aumento / Diminuição em Fornecedores		144.052	192.990
Aumento / Diminuição em Obrigações trabalhistas		17.744	(9.788)
Aumento / Diminuição em Obrigações tributárias		(184)	(237.455)
Aumento / Diminuição nos adiantamentos de clientes		(83.576)	124.670
Aumento / Diminuição em Provisão para riscos fiscais		1.176.068	1.820.584
Caixa líquido das atividades operacionais		(329.339)	1.533.487
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado	9	(140.589)	-
Aquisições de bens Intangíveis	9	(981.970)	(1.333.583)
Títulos e valores mobiliários	5	(1.063.777)	(2.593.836)
Caixa líquido das atividades de investimentos		(2.186.336)	(3.927.420)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido das atividades de financiamentos		-	-
Aumento / Redução líquido de caixa		6.284.693	4.143.902
Caixa no início do exercício		15.981.955	11.838.053
Caixa no final do exercício		22.266.649	15.981.955
Aumento / Redução líquido de caixa		6.284.693	4.143.902

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

1. Contexto operacional

A Planejar – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 1120, 7º andar, Itaim Bibi, Cep.: 04534-004, é uma entidade criada em novembro de 2016. Anteriormente denominada Instituto Brasileiro de Certificação de Profissionais Financeiros – IBCPF, fundado em maio de 2000 por iniciativa de profissionais da área financeira. É uma entidade de autorregulação, não governamental e sem fins lucrativos. A Associação tem o papel de implantar, certificar e controlar a atividade de planejador financeiro pessoal, necessária ao atendimento de uma demanda crescente da população brasileira, assim como de representar os profissionais de planejamento financeiro perante o mercado, governo e sociedade.

1.1 A Planejar possui os seguintes objetivos sociais:

A Certificação de indivíduos pessoas físicas, mediante o atendimento de determinados critérios de educação, conhecimento profissional, experiência, fundamentos éticos e demais critérios verificados por exame e outras formas de avaliação;

A promoção, o desenvolvimento e estabelecimento de processos, modelos e padrões de excelência profissional para profissionais que se dedicam à atividade de planejamento financeiro pessoal, em conformidade com critérios próprios adotados por organizações semelhantes em outros países, de forma a adequá-los às características culturais específicas brasileiras;

Apresentação e promoção de princípios e habilidades profissionais, objetivando o benefício do público em geral, por meio da atuação dos planejadores financeiros pessoais (“Planejadores Financeiros”);

Representar os interesses de seus associados perante organismos governamentais e autoridades responsáveis pela regulamentação de legislações pertinentes, bem como atuar visando o reconhecimento do profissional Planejador Financeiro junto às autoridades governamentais e regulatórias;

Informar, divulgar e incrementar junto ao público o conhecimento a respeito da legislação dos produtos e serviços promovidos pelos integrantes do Sistema Financeiro Nacional e da atuação das instituições e indivíduos intermediários, pessoas físicas e jurídicas;

Promover, amplamente, a divulgação do que seja o processo de planejamento financeiro pessoal (“Processo de Planejamento Financeiro Pessoal”);

A promoção e cooperação entre a Planejar e organizações ligadas aos mercados financeiro, de capitais, securitário, previdenciário e assemelhados que possam ter relação e interesse com a Planejar, bem como entidades e autoridades governamentais do Brasil e do exterior;

Participar como sócio, associado e/ou membro de quaisquer outros institutos e/ou associações;

Promover ou apoiar congressos, seminários, cursos, palestras, associações ou outras entidades de âmbito nacional ou internacional que estimulem e divulguem um maior conhecimento de temas relacionados aos objetivos da Planejar; e

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

Desenvolver outras atividades correlatas aos objetivos da Planejar.

A profissão de planejador financeiro certificado surgiu nos Estados Unidos na década de 80. Em 2004, com o crescimento da certificação CFP®, foi criado o Financial Planning Standards Board - FPSB, responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso das marcas CFP fora dos Estados Unidos. Hoje, o FPSB congrega e supervisiona entidades afiliadas de planejamento financeiro em 26 países, com cerca de 223 mil profissionais certificados.

O planejador financeiro Certified Financial Planner - CFP® é um multiespecialista, com visão estratégica e conhecimentos de planejamento financeiro, administração de investimentos, planejamento de aposentadoria e previdência, gerenciamento de riscos, seguros, fiscal e sucessório. O profissional CFP® atua como um consultor, que avalia os objetivos, expectativas e necessidades de cada cliente visando desenvolver, apresentar e executar estratégias de planejamento financeiro adequadas ao perfil do cliente. Por ser multiespecialista, este profissional pode atuar como autônomo ou empregado de grupos financeiros, seguradoras, entidades de previdência complementar e demais áreas do planejamento financeiro pessoal. Para se tornar um profissional certificado e obter o direito de uso da marca CFP®, a Planejar avalia conhecimentos técnicos, formação, experiência profissional e a postura de seus candidatos. Para manter a certificação, este profissional deverá permanecer em contínuo aperfeiçoamento.

A Planejar é o detentor dos direitos sobre as marcas do Planejador Financeiro Certificado no Brasil, através de um acordo assinado por prazo indeterminado, com o Financial Planning Standards Board – FPSB americano, que foi criado em 2004 por conta do crescimento de certificação e é responsável pela divulgação, gerenciamento e controle do uso de marcas CFP® fora dos Estados Unidos.

No Brasil, a Planejar é a única entidade afiliada ao FPSB e autorizada a conceder a certificação CFP® para profissionais que atendam aos padrões mundiais desta certificação, resumidos nos 4 E's Exame, Educação, Experiência profissional e Ética.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2004, foi aprovada a inclusão da Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, como Associada sênior da Planejar, com poderes estatutários para exercer a gestão da Associação e com a missão de promover entre os bancos associados a certificação CFP® e difundir o reconhecimento e credibilidade desta marca no Brasil, especialmente junto à comunidade financeira e o público em geral.

As fontes de recursos para a Associação atingir seus objetivos e a manutenção de suas atividades são provenientes, substancialmente, das contribuições dos associados e as receitas com inscrições de certificação profissional.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os pronunciamentos técnicos e o Pronunciamento Técnico PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela ITG 2002 (R1) em convergência as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas, emitidas pelo Conselho de Normas internacionais de Contabilidade (IASB) e pela ITG 2002 (R1), emitida em 21 de agosto de 2015 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que dispõe sobre as entidades sem finalidade de lucros e são apresentadas em Reais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso do ativo imobilizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 26/03/2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

3.2. Cotas de Fundo de Investimento

As aplicações em cotas de fundo de investimento aberto estão demonstradas ao valor de aplicação atualizado pelo valor da cota da data do balanço fornecido pelo administrador do fundo. Os resultados dessas aplicações são reconhecidos em “resultados financeiros líquidos”.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela receita de anuidades, Inscrições de certificação profissional, inscrições em eventos, patrocínios, cursos e treinamentos e contribuição Associativa. Os valores estão registrados pelo valor nominal das receitas conforme o serviço realizado. A Associação adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço decorrentes de pessoas físicas, desconsiderando os recebíveis de cartão de crédito e 100% dos valores em aberto de pessoas jurídicas.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição de construção, incorrido até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 9).

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil dos bens, como segue:

Ativo imobilizado	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis demonstrados possuem vida útil definida e são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada.

A tecnologia segue em constante evolução, o que torna alguns recursos e soluções considerados ativos intangíveis, obsoletos de forma acelerada. Desta forma, após avaliação, a Planejar definiu que a partir de 2022, tais ativos intangíveis terão uma depreciação de 50% ao ano, sendo amortizados no prazo de dois anos.

Os custos associados à manutenção já são reconhecidos como despesa, conforme incorridos no próprio exercício. Os custos de desenvolvimento e produção de conteúdo que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa.

3.6. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativo não financeiro que não estão sujeitos à amortização ou depreciação.

3.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

3.8. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. São revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9. Baixa para perda e provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)

A administração instituiu metodologia que determina que títulos e créditos a receber nos períodos e montantes estipulados abaixo serão baixados contabilmente para perda:

- Vencidos há mais de seis meses até R\$ 15.000 (quinze mil reais);
- Vencidos há mais de um ano acima R\$ 15.000 (quinze mil reais) até R\$ 100.000 (cem mil reais); e
- Vencidos há mais de um ano acima de R\$ 100.000 (cem mil reais) desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para seu recebimento.

A administração avaliou e adotou a política de constituição PCLD equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço tratando de pessoa física, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito. Já os valores devidos por pessoa jurídica são considerados pelo valor real da dívida sem correções.

3.10. Patrimônio Líquido

Após deliberação em Assembleia pelos associados, o superávit ou déficit anual é destinado para a formação do patrimônio social.

Nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foi necessário a contabilização de nenhum ajuste por impairment.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

3.11. Subvenções

As subvenções recebidas pela Associação são reconhecidas no resultado a medida que transcorra efetivação dos gastos durante o exercício, conforme critérios definidos no acordo de compartilhamento de custos e despesas com a Anbima.

3.12. Passivos financeiros

São classificados como custo amortizado. A classificação desses passivos financeiros é determinada em seu reconhecimento inicial. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, obrigações com parceiros em empreendimentos e débitos com partes relacionadas.

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. As despesas com juros desses empréstimos e debêntures, são reconhecidas no resultado, em despesas financeiras.

3.13. Apuração do resultado

As contribuições com anuidades, demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência, exceto as anuidades de não associados que são reconhecidos pelo regime de caixa. Após aprovação em assembleia, o superávit ou déficit do exercício é transferido para a rubrica “Patrimônio Social”.

O superávit apurado está isento da contribuição social e do imposto de renda da pessoa jurídica, uma vez que a Associação se caracteriza como uma associação civil sem finalidade de lucros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e bancos		10
Aplicações financeiras (a)	22.266.649	15.981.945
	<u>22.266.649</u>	<u>15.981.955</u>

- (a) As aplicações financeiras da Associação referem-se as aplicações no Banco Itaú no Fundo Soberano Referenciado que possui liquidez imediata e diária e está registrada pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo e Aplicação Aut Mais.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Títulos e valores mobiliários (a)	11.284.751	10.220.974
	<u>11.284.751</u>	<u>10.220.974</u>

- (a) Os títulos e valores mobiliários da Associação referem-se a aplicações no Fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX 5 FIX FI que possui liquidação em D+5 e está registrado pelo valor da cota divulgada pelo administrador do Fundo.

O fundo Itaú BBA RF Crédito Privado Active Fix 5 FIC FI que busca superar o CDI no longo prazo, através do investimento em ativos de crédito privado com diversificação de emissores financeiros e não financeiros de baixo e médio risco. Não opera ativamente risco de mercado.

- **Risco de Liquidez:** dependendo das condições do mercado, os ativos financeiros podem sofrer diminuição de possibilidade de negociação. Nesses casos, poderá haver descontos ou deságios, prejudicando a rentabilidade de tais ativos.

A Administração entende que a Entidade não está exposta ao risco de liquidez relevante em virtude de não possuir endividamento bancário e o saldo de caixa e equivalentes de caixa serem suficientes para cumprir com todas obrigações atualmente conhecidas e que estão registradas na data do balanço.

- **Risco de Crédito:** as operações estão sujeitas ao risco de crédito (inadimplência ou mora) de seus emissores e contrapartes, hipótese em que poderá (i) ser reduzida a sua rentabilidade, (ii) haver perdas financeiras até o limite das operações contratadas e não liquidadas e/ou (iii) ter de provisionar valorização ou desvalorização de ativos financeiros.
- **Exposição máxima ao risco de crédito:** Em virtude da Entidade não prestar garantias a terceiros e não operar com derivativos e ativos financeiros de longo prazo, a exposição máxima ao risco de crédito está representada pelo total dos saldos dos ativos financeiros reconhecidos na data do balanço.

6. Contas a receber de clientes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Anuidades (a)	1.526.716	759.754
Inscrições de certificação profissional (b)	412.262	723.862
Patrocínios – Eventos – Congressos (c)	22.027	25.081
Cursos e treinamentos (d)	32.238	4.347
	<u>1.993.243</u>	<u>1.513.044</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	(17.500)	(60.578)
	<u>1.975.743</u>	<u>1.452.465</u>

- (a) Saldos a receber via cartão de crédito/debito de anuidades cobradas dos Associados no período de janeiro a dezembro de 2023, referente a anuidades de associados plenos (profissionais certificados), associados não certificados e 1ª Anuidade da Associação CFP, sendo saldo de 2022 a receber de R\$ 169.752 e R\$ 1.356.964;

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

- (b) Valores referentes a saldo a receber via cartão de crédito/debito de inscrições no 45º Exame de Certificação CFP realizados no período;
- (c) Saldo de valores a receber via cartão crédito/debito sobre o Congresso Planejar 2023: patrocínio, presencial e online;
- (d) Valores referentes a inscrição nos cursos Descomplicando, Plano Financeiro e Programa de Investimentos PIAP 2023;
- (e) A Associação no exercício findo de 31 de dezembro de 2023 e 2022 adota a prática para provisão para créditos com liquidação duvidosa, equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

7. Adiantamento diversos

	2023	2022
Adiantamento de fornecedores	31.668	43.170
Adiantamento de férias	2.301	-
Totais	33.969	43.170

O adiantamento de fornecedores compreende pagamentos realizados à fornecedores com emissão de documento fiscal em 01/2024 à Coworking (R\$ 43.170 em 31/12/2022).

8. Garantias e Caução

A rubrica “Garantias e cauções”, no montante de R\$ 74.198 em 31 de dezembro de 2023, refere-se a movimentação de depósito caução da nova sede em São Paulo/SP.

	2023	2022
Depósito caução	74.198	21.812
Totais	74.198	21.812

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

9. Imobilizado e intangível

Consolidado	(a)	(a)	(a)	(a)	Marcas e patentes	(b)	Total
	Móveis e utensílios	Máquinas, e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações		Software	
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	13.573	27.390	-	1.410	2.307.544	2.349.917
Adições	76.035	1939	45.383	46.844	-	956.130	1.126.331
Baixas e alienações	(654)	(13.572)	(17.121)	-	-	-	(31.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	75.381	1.940	55.652	46.844	1.410	3.263.674	3.444.901
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	(7.213)	(11.967)	-	-	(1.245.893)	(1.265.073)
Adições	(1.385)	(6.392)	(17.241)	(821)	-	(965.476)	(991.315)
Baixas e alienações	63	13.571	13.940	-	-	-	27.574
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.322)	(34)	(15.268)	(821)	-	(2.211.369)	(2.228.814)
Valor líquido contábil							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	6.360	15.423	-	1.410	1.061.651	1.084.844
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.059	1.906	40.384	46.023	1.410	1.052.305	1.216.087
Taxas médias anuais de depreciação (%)	10%	10%	20%	10%	-	50%	

- (a) Nas aquisições de mobiliários, computadores, equipamentos e instalações em 11/2023 da empresa Galapagos Capital Investimentos e Participações adotamos o critério de depreciar na metade do tempo de vida útil por se tratarem de bens já usados.
- (b) As aquisições de software no período são formadas pelos gastos com a produção de conteúdo junto as empresas Beesby Commerce Tecnologia da Informação Ltda, RHR Gestão de Negócios Ltda, Fundação Carlos Chagas, Vivificar Desenvolvimento e Treinamento Ltda e Treina Treinamentos Eireli. Desde o ano de 2022 o critério de amortização dos softwares passou de 20% para 50%.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

10. Fornecedores e contas a pagar

	2023	2022
Marketing One Comunicação	36.013	33.271
Sinapse Inteligência em Finanças	24.600	-
Vivificar Desenvolvimento	20.100	-
Eliane Tanabe	20.000	-
LVPailon Agenciamento e Publicidade	16.378	-
RHR Gestão e Negócios	16.250	-
Matarasso Sociedade de Advogados	15.722	13.649
H Sol Incentive Performance	13.408	12.475
Tamer Associados	10.558	10.558
Academia Solaris Cursos	10.374	-
Alelo Instituição de Pagamentos	-	17.626
Treina Treinamentos	2.252	39.792
Rádio Eldorado	-	12.197
Outros fornecedores	85.211	55.702
Totais	270.866	195.270

	2023	2022
Contas a pagar (a)	758.880	681.155
Cartão de crédito a pagar	11.344	20.614
Totais	770.224	701.769

(a) Esse grupo é composto da provisão de bônus conforme política da Planejar, totalizando em 2023 o valor de R\$ 605.580 a serem pagos em 2024 de acordo com o alcance de metas. Além desse valor temos R\$ 28.125 Fipecafi, R\$ 125.000 da empresa Galapagos referente a aquisição de imobiliário e R\$ 175 Tokio Marine. (R\$ 681.155 em 31/12/2022).

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

11. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Provisões de férias	34.408	24.864
INSS a recolher	13.308	10.180
Imposto de renda retido na fonte	3.019	2.394
FGTS a recolher	3.978	2.963
Outros (a)	12.395	8.963
Totais	67.108	49.364

(a) Outros: R\$ 11.872 refere-se a INSS, FGTS e PIS s/ provisão de férias, R\$ 498 de PIS s/ folha de pagamentos e R\$ 25 ISS retido s/ autônomos em dezembro/2023.(R\$ 8.963 em 31/12/2022).

12. Obrigações tributárias

O demonstrativo abaixo representa os valores a serem recolhidos dos tributos referentes ao mês de dezembro/2023.

	2023	2022
ISS	421	2.360
Cofins a recolher	13.766	13.586
CSRF a recolher	5.183	4.002
Imposto de renda retido na fonte	1.583	1.189
Totais	20.953	21.137

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

13. Adiantamento de clientes

	2023	2022
Exames 43º e 44º	-	232.706
Curso Plano Financeiro	-	300
Anuidades PJ	-	142.811
Exames 46º, 47º e 48º	304.436	-
Congresso 2023	3.397	-
Outros (a)	166.523	182.115
Totais	474.356	557.932

(a) Outros: corresponde a valores de cancelamento de serviços, duplicidade ou ainda indefinição do exame que será realizado (R\$ 182.115 em 31/12/2022).

14. Patrimônio líquido

A composição do capital social da Associação é o seguinte:

	2023	2022
Patrimônio Social	27.206.276	20.972.762
Superávit do exercício	8.138.870	6.233.514
Totais	35.345.146	27.206.276

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

15. Receita operacionais

	2023	2022
Anuidade Associativa (a)	9.841.304	8.042.198
Inscrições de Certificados (b)	8.894.541	8.981.355
Patrocínio / Congresso (c)	501.291	713.862
Cursos e Treinamentos (d)	162.050	175.193
Contribuições Associativas (e)	400.000	400.000
Cessão de direito - Royalties (f)	20.054	-
Impostos sobre Receitas (g)	(757.334)	(1.201.427)
Totais	19.061.906	17.111.181

Seguem detalhamentos das fontes de receita da Associação:

- a) Anuidades recebidas dos associados à Planejar (pessoas físicas certificadas CFP®, pessoas físicas não certificadas CFP® e pessoas jurídicas parceiras). Foi reconhecido no ano R\$ 694.964 conforme sucesso no recebimento de anuidades de anos anteriores (R\$ 40.954 em 31/12/2022).
- b) Inscrições para participação nos exames para Certificação CFP®, que pode ser completa (realização de todas as provas dos 06 módulos do exame) ou parcial (realização de 01 ou até 05 módulos do exame). No ano de 2023, foram realizadas as provas para os exames de número 43 (abril), 44 (julho) e 45 (outubro);
- c) A receita proveniente de patrocínio é referente à participação de empresas em geral, associadas ou não, no congresso de planejamento financeiro, evento organizado anualmente pela Planejar.
- d) Inscrição para participação em cursos ofertados pela Planejar em modalidade EaD. Estes cursos são disponibilizados pelas empresas parceiras da Planejar.
- e) Contribuição associativa adicional feita pela Anbima, Associado Sênior da Planejar, conforme nota explicativa nº 21.2.
- f) Royalties recebidos dos materiais de estudos vendidos pela Editora Sirius,
- g) Os impostos sobre receitas compreendem o ISS s/ as receitas com exames, cursos, congressos e royalties R\$ 455.775 (R\$ 464.740 em 31/12/2022) e a provisão da COFINS s/ as receitas com exames, congresso, patrocínio e royalties R\$ 301.599 (R\$ 736.687 em 31/12/2022).

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

Devido à sua natureza de associação sem fins lucrativos, a Planejar credita-se de COFINS nas despesas operacionais diretamente relacionada às suas atividades associativas.

Foi realizado no ano ajustes de provisões de anos anteriores realizada a maior totalizando R\$ 166.406.

16. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2023	2022
Serviço com terceiros (a)	2.453.667	3.314.396
Marketing e publicidade (b)	1.529.369	2.137.892
Assessoria em certificação	-	177.339
Royalties (c)	3.660.362	1.417.092
Provisão para riscos fiscais (d)	286.738	885.972
Eventos e Comissões (e)	1.592.805	829.609
Pessoal	1.012.469	780.189
Despesas Tributárias (f)	739.360	703.369
Aluguel	347.303	343.385
Licenças para conteúdos (g)	160.438	326.206
Outras despesas (h)	101.538	283.627
Depreciação e amortização	991.316	1.140.782
Provisão para PCLD (i)	(43.079)	(49.512)
Totais	12.832.286	12.290.348

- (a) Serviço com terceiros: serviços prestadores por fornecedores parceiros para suportar as operações.
- (b) Marketing e publicidade: Gastos com as áreas de marketing, tendo uma maior relevância com gastos destinados a comunicação institucional R\$ 1.010.016,(R\$ 1.586.260 em 31/12/2022).
- (c) Royalties: Trata-se de gastos com os pagamentos de Royalties e tributos realizados à Financial Planning Standards Board. No ano de 2023 foram pagos R\$ 1.863.549 referentes ao exercício de 2022 e R\$ 1.796.813 referentes ao exercício de 2023.
- (d) Provisão para riscos fiscais: Compreende o valor de COFINS s/ receitas de exames e congressos realizados no período. A Planejar iniciou em 2023 com o depósito da COFINS s/ recebimentos com patrocínios.
- (e) Eventos e Comissões: O valor do período compreende R\$ 762.832 aos gastos com Congresso realizado em 10/2023 e R\$ 829.973 com o centro de custos de Educação.(R\$ 705.771 e R\$ 123.838 em 31/12/2022).
- (f) Despesas Tributárias: O saldo é composto por R\$ 580.488 referente IR s/ aplicações financeiras, R\$ 158.444 correspondente a Cofins s/ receitas financeiras e outras taxas totalizando R\$ 428.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

- (g) Licenças para conteúdos: São gastos realizados no ano com a empresa HSOL Incentive Performance S.A., referente a operação e licença de uso para plataforma de educação.
- (h) Outras despesas: São gastos no período principalmente com gastos em manutenção, utilidades, ocupação e outros gerais.
- (i) A provisão do PCLD é equivalente a 10% sobre operações em aberto na data do balanço, desconsiderando os recebíveis através de cartão de crédito.

17. Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro

	2023	2022
Receitas		
Aplicações Financeiras	3.666.431	2.708.481
Outras Receitas Financeiras (a)	512.771	447.277
Totais	4.179.202	3.155.758
Despesas		
Despesas bancárias	(16.106)	(40.427)
Variação cambial passiva	(2.162)	(2.218)
Juros Selic (b)	(339.382)	(354.269)
Correção depósito ISS	(122.863)	-
Taxa administrativa do cartão	(313.720)	(263.271)
Outras Despesas Financeiras (c)	(31.347)	(95.380)
Totais	(825.580)	(755.565)
Resultado total	3.353.622	2.400.193

- (a) A rubrica Outras receitas financeiras está representada por: correções dos depósitos judiciais da COFINS e ISS, descontos financeiros obtidos e juros ativos recebidos de clientes e acréscimos legais.
- (b) Os Juros Selic compreendem a correção do depósito judicial da COFINS.
- (c) A rubrica Outras despesas financeiras está representada por descontos concedidos, IOF, correção do depósito judicial do ISS e perda em aplicação financeira.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

18. Cobertura de seguros

A Associação possui contrato de seguro de responsabilidade civil dos administradores “D&O” no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com vigência até 14/07/2024.

19. Provisão para demandas judiciais

Entre os processos judiciais que envolvem a Associação, há processos de natureza fiscal e cível. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

COFINS – A Associação detém em andamento processo (nº 2010.03.00.001480-4) no Foro TRF3 – 3ª turma, no qual tem como objetivo o Mandado de Segurança para assegurar o direito líquido e certo do impetrante ao não recolhimento da COFINS, inclusive em relação às receitas provenientes da prestação de serviços aos associados.

Os assessores jurídicos da Associação acreditam que a probabilidade de perda no processo é remota, porém a administração entende que pode haver questionamentos sobre a causa, o que pode gerar desembolsos futuros e, desta forma, decidiu manter registrada a provisão para contingências.

Seguindo orientação dos seus assessores jurídicos, a Associação deliberou pela efetivação do depósito judicial do montante integral da COFINS, devidamente atualizado, referente aos últimos cinco anos. A partir desta data, mensalmente, a Associação apura e efetua os depósitos judiciais da COFINS sobre o faturamento, a alíquota de 7,6%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado dos depósitos judiciais totalizaram R\$ 5.433.957.(R\$ 4.743.953 em 31/12/2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado da provisão para riscos fiscais provisão sobre a COFINS totalizaram R\$ 5.312.243 (R\$ 4.827.448 em 31/12/2022).

A Associação Brasileira de Planejamento Financeiro – Planejar não detém outras contingências além das anteriormente divulgadas.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

A movimentação do ativo e passivo seguem demonstradas abaixo:

Movimentação da provisão para riscos fiscais (depósitos judiciais – passivo – processo COFINS)

	2023	2022
Saldo inicial	4.827.448	3.707.444
Constituição no exercício	223.571	951.765
Atualização Selic	339.382	360.707
Crédito sobre insumos	(78.159)	(192.468)
Totais	5.312.243	4.827.448

Movimentação dos depósitos judiciais (depósitos judiciais – ativo – processo COFINS)

	2023	2022
Saldo inicial	4.743.953	3.357.410
Constituição no exercício	395.052	970.506
Ajuste (transferência para depósito ISS)	(168.954)	-
Atualização Selic	463.906	416.037
Totais	5.433.957	4.743.953

Foi identificado em 2023 os valores recolhidos referente ao depósito judicial do ISS sobre o pagamento de royalties, Processo nº 1057985-47.2020.8.26.0053.

Os pagamentos foram lançados nos anos anteriores juntamente com o Depósito da Cofins, portanto, realizamos a transferência dos montantes pagos e ajustamos as correções de ambos.

Movimentação da provisão ISS (ativo)

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Constituição no exercício	166.135	-
Ajuste (transferência para depósito ISS)	168.954	-
Atualização Selic	22.843	-
Totais	357.932	-

Movimentação da provisão ISS (passivo)

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Constituição no exercício	134.197	-
Atualização Selic	123.483	-
Ajustes de Provisões anteriores	146.600	-
Totais	404.280	-

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

Em 2023 foi iniciado o depósito judicial da Cofins s/ receitas dos Patrocínios, Processo nº 5023656-06.2023.4.03.6100:

Movimentação da provisão COFINS _ Patrocínios (passivo)

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Constituição no exercício	24.799	-
Atualização Selic	5	-
Crédito sobre insumos	(24.547)	-
Totais	256	-

Movimentação da provisão COFINS _ Patrocínios (ativo)

	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Constituição no exercício	682	-
Atualização Selic	6	-
Totais	688	-

20. Outras receitas

	2023	2022
Outras Receitas	1.188	4.055
Totais	1.188	4.055

21. Partes relacionadas

21.1 Direitos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Associação detém como parte relacionada a Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, estatutariamente classificado na categoria de Associado Sênior A, o qual lhe confere os direitos:

- Votar nas Assembleias Gerais da Planejar;
- Participar das atividades da PLANEJAR e apresentar sugestões à Assembleia Geral, bem como ao Conselho de Administração e ao Diretor Executivo, propondo medidas que julgar convenientes aos interesses da PLANEJAR e à consecução dos seus objetivos;

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

- Requerer a convocação da Assembleia Geral nas formas previstas no Estatuto da Planejar;
- Retirar-se da Planejar, nos termos do artigo 17, parágrafo segundo do Estatuto;
- Indicar representantes para cargos de Conselho de Administração, observadas as regras do Estatuto;
- Vetar deliberações da Assembleia Geral que versem, direta ou indiretamente, sobre o objeto social, a administração da Associação e seus órgãos, criação de novas classes ou modificação das classes de associados existentes, contribuições, liquidação e auditoria da Associação;
- Propor, vetar e manifestar oposição a admissão de novos Associados Seniores B.

21.2 Remuneração da administração

A Planejar é uma Associação sem fins lucrativos. Por esta razão, não tem finalidade de lucro e não remunera o corpo diretivo, que é composto por: Conselho de Administração (antiga Diretoria Executiva), Conselho Fiscal e Conselho de Normas Éticas. No artigo 31, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Planejar, é informado que o cargo de conselheiro não é remunerado. Em 18 de setembro de 2019, a Planejar aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, alteração de estatuto onde houve a conversão da antiga Diretoria Executiva em Conselho de Administração.

21.3 Receita e despesas com subvenção

Em 1º de Janeiro de 2020, a Associação formalizou o Termo de Compromisso de Contribuição Associativa Adicional com a Anbima, onde as partes reconhecem que o presente Termo representa a intenção temporária, da Anbima em auxiliar o desenvolvimento do mercado financeiro e de capitais. Caso a Planejar ainda não possua presença e conhecimentos sólidos e consolidados no mercado quando do decurso do prazo do presente Termo, que tem validade até 31 de dezembro de 2022, que poderá ser revista. O presente termo foi renovado em 04/2023 até 04/2024.

Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023 e 2022

22. Mudança no reconhecimento de apropriação das anuidades

A partir de 2022 foi adotado o critério de não considerar o fracionamento mensal das anuidades de pessoas jurídicas. As mesmas estão sendo reconhecidas na data do contrato de forma integral. Anteriormente, foi utilizado o critério de fracionar a anuidade em 12 avos.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação.

* * *